



PODEMOS

MANIFESTO, 2024

Este País É Nosso, Salve Moçambique!



MANIFESTO DO PODEMOS, 2024

Visão: Justiça Social Em Boa Governação

Valor: Segurança Humana

Princípios: Ética Governativa, Proteção dos Direitos Humanos, Acesso Universal a Serviços Sociais Básicos, Fortalecimento da Segurança Alimentar, Proteção Social e Assistência aos Vulneráveis, Valorização de Conhecimentos Locais.

Resumo: Considerando a ética como elemento basilar na elaboração do presente manifesto priorizamos 10 Desafios de governação dos quais destacamos a **Unidade Nacional**, que deve se operacionalizar pela capacitação das forças armadas para defesa da soberania e investimento no comércio para motivar aos moçambicanos ao sentido patriótico em função dos benefícios da troca de mercadorias e produtos culturais; **Reforma do Estado**, que se materializa pela descentralização administrativa, financeira, fiscal e descentralização das ideias para que as soluções de problemas sejam de nível local; **Educação**, tendo como objectivo a formação do Homem Consciente dos princípios de liberdade, tolerância e solidariedade; **Emprego**, a partir da transformação do emprego potencial, que todos os moçambicanos têm logo à nascença em função do ambiente natural que lhe rodeia, em emprego real e definição de uma visão sobre os recursos naturais que una o governo, Assembleia da República e comunidades para geração de riqueza para os moçambicanos, com a particularidade desse emprego ser de qualidade e permitir acesso a habitação sobretudo nas zonas urbanas; **Produção de Alimentos**, que se baseia na transformação de famílias em pequenas unidades produtivas e geradoras de renda; **Cultura** como área transversal a todas as áreas de governação definindo uma orientação filosófica para sua acção; **Meio Ambiente** onde preconizamos aprimoramento do quadro legal e reforçar a posse da terra das comunidades para melhor enfrentar o desafio das mudanças climáticas,



gestão democrática dos recursos naturais, perante a indústria extrativista que vai muito além da exploração de minerais, e uma transição energética justa.

Este país É Nosso, Salve Moçambique!



MANIFESTO DO PODEMOS, 2024

INTRODUÇÃO

O manifesto eleitoral do PODEMOS - Partido Povo Optimista No Desenvolvimento de Moçambique é corporizado por uma Causa de Luta, por um Valor e por Princípios que dão sentido ao nosso Valor.

A nossa causa de luta é Justiça Social Em Boa Governação. Justiça Social Em Boa Governação refere-se à busca por políticas e práticas que promovam a equidade, a inclusão e o bem-estar de todos os membros da sociedade. Envolve garantir que todos tenham acesso igualitário a oportunidades, recursos e serviços básicos, independentemente de sua origem sócio-econômica, etnia, gênero, religião ou qualquer outra característica. A Justiça Social Em Boa Governança implica, de forma prática, na:

- a. Igualdade de oportunidades: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, de emprego, de saúde e económicas, de modo que possam alcançar seu pleno potencial independentemente de suas circunstâncias de nascimento;
- b. Redução das desigualdades: Implementação de políticas e programas que visam reduzir as disparidades sócio-económicas entre diferentes grupos da sociedade, promovendo uma distribuição equitativa da riqueza, da renda e dos recursos;
- c. Proteção dos direitos humanos: Assegurar que os direitos fundamentais de todos os cidadãos sejam protegidos e respeitados, incluindo o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à igualdade perante a lei e à participação política;
- d. Inclusão social: Promover a inclusão de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, migran-



tes e refugiados, garantindo que eles tenham voz e participação activa na tomada de decisões e na vida da comunidade;

- e. Bem-estar e segurança social: Implementação de sistemas de segurança social que garantam proteção contra a pobreza, acesso a serviços de saúde, moradia digna, alimentação adequada e outros serviços básicos para todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis;
- f. Transparência e prestação de contas: Promover a transparência, a responsabilidade, responsividade e a participação cívica na governação, garantindo que as políticas e decisões governamentais sejam tomadas de forma aberta, responsável e em benefício do interesse público.

A Justiça Social em Boa Governação é o nosso horizonte no qual pretendemos chegar em função do valor definido, que é Segurança Humana.

Segurança Humana é um conceito popularizado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1994. Ele enfatiza que a segurança não deve ser apenas sobre proteção contra ameaças externas ou internas, como conflitos armados ou crimes, mas também deve abordar questões como pobreza, fome, doenças, falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação, violações dos direitos humanos, deslocamento forçado de populações, degradação ambiental, entre outros. A Segurança Humana busca proteger e promover a dignidade, os direitos e o bem-estar das pessoas, reconhecendo que ameaças à segurança podem surgir de uma variedade de fontes e manifestar-se de várias formas. Isso envolve abordar não apenas as questões tradicionais de segurança, mas também os desafios sociais, económicos, culturais e ambientais que impactam diretamente a vida das pessoas.

Os princípios que viabilizam nosso Valor são Ética Governativa, Proteção dos Direitos Humanos, Acesso Universal a Serviços Básicos, Fortalecimento da Segurança Alimentar, Proteção Social e Assistência aos Vulneráveis e, Valorização de Conhecimentos Locais. Estes princípios significam:

- i. Ética Governativa: São os padrões de conduta moral e responsabilidade que os



governantes e funcionários públicos devem seguir no exercício de suas funções e tomada de decisões. Envolve princípios e valores que orientam a conduta ética no governo, promovendo a integridade, a transparência, a responsabilidade e o respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos. A ética governativa é fundamental para garantir a confiança e a legitimidade do governo perante os cidadãos, bem como para promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Quando os governantes e funcionários públicos aderem a padrões éticos elevados, isso contribui para a construção de instituições sólidas e democráticas e para o fortalecimento da governação democrática e responsável;

- ii. **Proteção dos Direitos Humanos:** Refere-se ao conjunto de acções e medidas destinadas a garantir que os direitos fundamentais de todas as pessoas sejam respeitados, protegidos e promovidos. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da raça, etnia, nacionalidade, religião, género, orientação sexual, status sócio-económico ou qualquer outra condição. A proteção dos direitos humanos inclui respeito pelos direitos fundamentais (garantir que governos, instituições e indivíduos respeitem os direitos humanos básicos, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, à liberdade de expressão, à liberdade de religião, à privacidade e à segurança pessoal), prevenção da discriminação, proteção contra abusos e violações, acesso à justiça e reparação, promoção da participação e inclusão e, educação e conscientização;
- iii. **Acesso Universal a Serviços Básicos:** Refere-se à disponibilidade e à garantia de que todos os membros de uma sociedade tenham a oportunidade de utilizar serviços essenciais que são considerados fundamentais para uma vida digna e saudável. Esses serviços básicos são geralmente considerados como necessidades humanas fundamentais e incluem coisas como Saúde, Educação, Água potável e saneamento, moradia digna, alimentação adequada e energia elétrica;
- iv. **Fortalecimento da Segurança Alimentar:** Refere-se a um conjunto de políticas, programas e acções destinadas a garantir que todas as pessoas tenham acesso físico, económico e social a alimentos suficientes, nutritivos e culturalmente adequados para uma vida saudável e activa. Esse conceito vai além de simplesmente garantir o acesso aos alimentos, para valorizar também as causas subjacentes da



insegurança alimentar e promover sistemas alimentares sustentáveis e resilientes;

- v. **Proteção Social e Assistência aos Vulneráveis:** Refere-se a políticas e programas implementados pelo governo para fornecer apoio e proteção a grupos da população que estão em situação de vulnerabilidade sócio-econômica. Esses programas visam garantir que os indivíduos e famílias mais vulneráveis tenham acesso a recursos e serviços essenciais para atender às suas necessidades básicas e promover seu bem-estar. Alguns dos grupos vulneráveis que devem se beneficiar da proteção social e assistência incluem pessoas em situação de pobreza extrema, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, menores que estão em situação de rua, abandonados, vivendo em instituições de acolhimento, em situação de trabalho infantil ou em ambientes familiares desfavoráveis, que necessitam de proteção e apoio especiais, mulheres em situação de vulnerabilidade, mulheres que enfrentam discriminação de gênero, violência doméstica, falta de acesso à educação e oportunidades econômicas, e outras formas de desvantagem devido ao seu sexo.
- vi. **Valorização de Conhecimentos Locais:** Refere-se ao reconhecimento, promoção e utilização dos conhecimentos e práticas tradicionais desenvolvidos ao longo do tempo pelas comunidades locais. Esses conhecimentos são geralmente baseados na experiência acumulada ao longo de gerações e são frequentemente adaptados às condições específicas de um ambiente natural, cultural e social, abrangendo uma ampla gama de áreas, tais como filosofia, política, agricultura, medicina, conservação ambiental, gestão de recursos naturais, artesanato, música, dança, culinária e muitos outros aspectos da vida quotidiana. Eles reflectem a sabedoria e a criatividade das comunidades locais em lidar com os desafios e oportunidades que enfrentam em seu ambiente. A Valorização dos Conhecimentos Locais implica garantir sua transmissão às gerações futuras e evitar sua perda devido à globalização, urbanização ou mudanças ambientais, implica sua incorporação em políticas e práticas de desenvolvimento, conservação ambiental, saúde, agricultura e outras áreas relevantes, reconhecendo sua relevância e eficácia, implica acima de tudo a promoção do diálogo intercultural, facilitando o debate e a colaboração entre conhecimentos locais e sistemas de conhecimento formais, buscando sinergias e soluções inovadoras para desafios complexos. A valorização



de conhecimentos locais é essencial para promover a diversidade cultural, proteger a biodiversidade, fortalecer as comunidades locais e promover formas mais sustentáveis de desenvolvimento. Ela reconhece a importância da sabedoria e da inovação presentes nas tradições locais e busca integrá-las de forma respeitosa e colaborativa em iniciativas de desenvolvimento e conservação.

O Presidente do Partido - Albino Forquilha

Este País É Nosso, Salve Moçambique!

DESAFIOS PRIORITÁRIOS

1. **Unidade Nacional**
2. **Reforma do Estado**
3. **Cultura**
4. **Alimentação**
5. **Emprego**
6. **Educação**
7. **Saúde**
8. **Meio Ambiente**
9. **Cidadania e Ética Governativa**
10. **Governo**



DESAFIO 1: UNIDADE NACIONAL

DESAFIOS DA GOVERNAÇÃO

Contextualização

Moçambique é um país uno e indivisível (CR), com enormes riquezas naturais, culturais e humanas. Não obstante este potencial o país faz parte da lista dos países mais pobres do mundo. O Índice de desenvolvimento Humano, 2022/2023, coloca Moçambique nas últimas 10 posições, 183^a lugar, entre 193 territórios, segundo dados do PNUD. Isto resulta essencialmente pela privatização do projecto de independência nacional pela elite política, partidarização do Estado dando origem à sua ineficiência e usurpação de terras dos camponeses. Esta forma de actuação dos governantes resulta que a maioria dos moçambicanos não se beneficiem das riquezas que seu território possui, sofram marginalização política, económica, cultural e social, gerando descontentamento, conflitos até armados em contestação ao Estado como é o caso de Cabo Delgado. Estes factores minam a paz, a indivisibilidade do território moçambicano e a unidade nacional.

Problemas

- Ameaças de desmembramento do país;
- Tribalismo e regionalismo exacerbados;
- Fraca educação patriótica;
- Fraco benefício dos cidadãos dos recursos do seu próprio território;
- Fraca distribuição da riqueza nacional;
- Exclusão de moçambicanos que contribuíram para a independência e democratização do país em detrimento de outros por razões ideológicas;
- Fraca mobilidade no território nacional.

Soluções

- ✓ Reformar e Modernizar As Forças Armadas;



- ✓ Investir Na Educação Patriótica;
- ✓ Garantir Direitos e Liberdades Aos Cidadãos;
- ✓ Promover a Reconciliação Nacional;
- ✓ Melhorar a participação do povo na fiscalização da coisa pública;
- ✓ Estimular o Comércio Interno.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Reformar e Modernizar As Forças Armadas

ACCÕES ESPECÍFICAS
Analísado o SWOT/FOFA das FADM, conflitos armados internos e regionais, recursos mine-rais existentes no país, e localização geográfica estratégica cobiçada mundialmente, o Estado deverá alocar 10% do seu orçamento para os três ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, nomeadamente, o Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra, sendo para: 1. Formação combativa e tecnológica; 2. Equipamento moderno: a) Carros de combate; b) Veículos aéreos não tripulados; c) Veículos blindados; d) Sistemas de artilharias de médio e grande calibre; e) Aviões de combate; f) Helicóp-teros de ataque; g) Fragatas/navios de guerra; h) Misseis e lançadores de misseis; i) Sistemas de comunicação; 3. Infraestruturas Militares
Investimentos em empresas de tecnologia militar ao serviço da Segurança do Estado, apro-veitando o potencial de diferentes inventores nesta área e das universidades nacionais para garantir capacidade de prevenção e proatividade das forças armadas na defesa da soberania
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? a) Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de mul-tinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas pú-blicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias e uma política fiscal justa e actuante; b) Parcerias estratégicas; c) Investimento em projectos empresariais público e privadas nacionais

**Impacto Destas Acções Específicas**

Forças Armadas e de Defesa e Segurança modernas, altamente equipadas, com prontidão combativa e com relação estreita e pacífica com as populações

2. Investir Na Educação Patriótica**ACCOES CONCRETAS**

Currículos do sistema nacional de educação que integram conteúdos ligados ao amor a pátria

Financiamento público em produções artísticos-culturais como veículos de estímulo ao patriotismo

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devesse ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, crescimento económico inclusivo e políticas culturais

Impacto Destas Acções Específicas

Moçambicanos conhecedores dos limites do seu território, sua história, seus heróis, sua cultura, seus símbolos, suas riquezas naturais, materializando isto um profundo sentido patriótico.

3. Garantir Direitos e Liberdades Aos Cidadãos**ACÇÕES ESPECÍFICAS**

Investir e aplicar princípios de boa Governança: aplicar políticas públicas que permitam, facilitem e promovam o exercício dos direitos e liberdades civis, políticos, socio-económicos e socio-antropológicos dos cidadãos de forma justa

Garantir Liberdade na auto-governança ideológica do cidadão

Investir, promover e aplicar o direito formal e consuetudinário na gestão do Estado

Estabelecer autoridade tradicional e religiosa

Instituir representantes conselheiros da autoridade tradicional na governação descentralizada (Assembleia da República, Assembleias Provinciais e Distritais)



Instituir/aprovar Leis formais e consuetudinárias e sua aplicação em Tribunais a escolha do cidadão

Investir e promover o uso de línguas nacionais em instituições públicas e privadas

Investir e promover a governação descentralizada

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.

Impacto Destas Acções Específicas

Valorizada a identidade nacional e estimulado o sentido patriótico dos moçambicanos

4. Promover a Reconciliação Nacional

ACÇÕES ESPECIFICAS

Pedido público de perdão a todos moçambicanos que foram negados seu contributo na história libertária do País

Aprovação e aplicação de leis, procedimentos e oportunidades institucionais igualitários, de forma transparentes a todos cidadãos

Responsabilidade e responsabilização em actos governativos

Atribuir ao eleito igualmente, a responsabilidade pelas matérias de soberania na governação descentralizada

Despartidarizar instituições do Estado e mitigar a corrupção político-partidária

Promoção do diálogo nacional como garantia da paz, estabilidade política e militar

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.

**Impacto Destas Acções Específicas**

Garantida a promoção do sentido de pertença a uma pátria e da moçambicanidade

5. Estimular o Comércio Interno

ACCOES ESPECIFICAS
Construção e reabilitação de vias de acesso
Criação de um fundo para desenvolvimento da actividade comercial
Construção de uma rede de centros culturais até ao nível distrital
Dotação de fundos para programação cultural a cada Centro cultural
redução de impostos para transportes aéreos para redução de preços dos bilhetes em viagens domésticas
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que devesse ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.
Impacto Destas Acções Específicas Tornado o comércio em factor dinamizador da Unidade Nacional através das trocas comerciais e culturais entre os moçambicanos em todo território nacional

Impacto Geral Desejado Nas Acções do DESAFIO 1

Unidade Nacional resultante de uma prática quotidiana dos moçambicanos, envolvendo-se de forma voluntária e com benefícios particulares e colectivos em participar delas, estimulando-os a amar a pátria e a defender seu Estado.



DESAFIO 2: REFORMA DO ESTADO

Contextualização

O nosso sistema estatal caracteriza-se pela excessiva concentração de poderes no Chefe de Estado, inviabilizando a independência do poder legislativo e judiciário. O modelo de eleição dos deputados é por listas de partidos e não pelo deputado, originando fraca qualidade nas discussões e decisões para aprovação de leis na Casa do Povo pois, os deputados são obrigados a obedecer a disciplina partidária e não aos respectivos círculos eleitorais que representam. A função pública apresenta-se pesada e despesista, com representações de Estado desnecessárias como é o caso dos Secretários de Estado, por inviabilizar o pleno exercício do mandato dos governadores eleitos, potenciando desinteligência e disfuncionalidade dos órgãos do Estado. Os indicadores de desempenho das finanças públicas indicam má gestão financeira, segundo um relatório do tribunal Administrativo, 2023. O TA constatou deficiências de controlo interno a todos níveis da administração pública, fraco grau de observância das normas sobre a execução orçamental e contratação pública, movimentação de recursos públicos fora do circuito normal de execução orçamental, fraco reembolso dos empréstimos por acordos de retrocessão, por parte das empresas públicas, obrigando o Estado a assumir as dívidas, entre outros. Este quadro de gestão das finanças públicas é propiciado pela partidarização do Estado. Este estimula a corrupção e gera incompetência propositada. Soma-se a este quadro negativo a falta de descentralização da execução financeira com o nível central a controlar 70% de toda execução orçamental, tornando a administração local refém do nível central. A ineficiência do Estado faz dela incapaz de ter um balanço positivo entre as despesas e receitas. Segundo o mesmo relatório do TA, se em 2011 o peso da receita do estado sobre o PIB era de 21%, esperava-se que até 2025 as receitas aumentassem para 52% em relação PIB, sendo que até 2023 alcançou-se apenas a fasquia de 24,5%. O peso da receita fiscal sobre o PIB em 2011 era de 17%, e



previa-se que até 2025 o crescimento de até 30%, no entanto o crescimento foi apenas até 21,2%. Estes são alguns dados indicativos do deficiente funcionamento da função pública o que o torna incapaz de servir o cidadão com qualidade e contribuir para o desenvolvimento do país.

Problemas

- Acomulação excessiva dos poderes no Chefe de Estado;
- Aparelho do Estado partidarizado;
- Máquina administrativa estatal pesada;
- Fraca descentralização política, administrativa, fiscal e financeira;
- Falta de rigor na gestão orçamental;
- Altos índices de corrupção política e económica;
- Nepotismo.

Soluções

- ✓ Semi-presidencializar o sistema político;
- ✓ Despartidarizar o Estado;
- ✓ Reduzir e simplificar a máquina estatal;
- ✓ Simplificar os procedimentos administrativos na tramitação de processos;
- ✓ Descentralizar administrativa, fiscal e financeira;
- ✓ Descentralizar as ideias;

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Semi-Presidencializar o Sistema Político

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Separação de Poderes executivo, legislativo e judiciário
Doptar o poder Judicial de autonomia financeira e de escolha dos seus titulares
Eleição directa/aberta dos representantes do povo na Assembleia da República



Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e combate a corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.

Impacto Destas Acções Específicas

Desconcentração de excessivos poderes no Chefe de Estado, garantia de independência e complementaridade entre os três poderes e deputados representando efectivamente seus círculos eleitorais.

Despartidarizar o Estado

ACCOES ESPECIFICAS

Eliminação de células de partidos nas instituições públicas

Eliminação de cobranças coersivas de contribuições financeiras e materiais aos funcionários públicos a favor do partido no governo

Eliminação de represálias aos funcionários que não obedecem às ordens do interesse do partido no governo.

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.

Impacto Destas Acções específicas

Estado servidor de todos os cidadãos independentemente da filiação partidária, religião, cor da pele, zona de origem, etnia, nível académico e estrato social

Descentralizar Administrativa, Fiscal e Financeiramente

ACÇÕES ESPECÍFICAS



Desconcentração de poderes o que implica redistribuição de autoridades e responsabilidade de certas funções administrativas (gestão, finanças, planificação, envolvendo também a participação dos cidadãos) para outros níveis de governo (local, regional, subnacional), até agora feitas pelo Governo central

Descentralização de recursos e competências para tomar decisões sobre receitas e despesas

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo

Impacto Destas Acções Específicas

Exercício pleno dos direitos e liberdades civis, políticos, socioeconómicos e culturais dos cidadãos;

Desenvolvimento, harmonia social e patriotismo

Descentralizar As Ideias

ACÇÕES ESPECÍFICAS

Valorização do conhecimento local na abordagem de problemas locais

Eliminar a dependência excessiva do poder local em relação ao poder central

Estimular a liberdade de criar e debater nos indivíduos para resolução de problemas locais

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.



Impacto Destas Acções Específicas

Indivíduos estimulados à proatividade na resolução de problemas locais

Impacto Geral Esperado Nas Acções do Pilar 2

- Separados os poderes entre o executivo, legislativo e judicial;
- Deputados independentes, garantindo maior qualidade na produção de leis;
- Redução da delapidação do Estado por crimes de corrupção, tornando o investimento público mais robusto;
- Indivíduos ao nível local no sector público e privado estimulados a ser proactivos na resolução de problemas locais a partir de seus conhecimentos.



DESAFIO 3: CULTURA

Contextualização

A cultura ocupa um lugar primordial na vida de qualquer povo pois, através dela as pessoas dão sentido à sua vida individual e colectiva. No caso particular de Moçambique ela sofreu subalternização dos regimes políticos desde a época colonial. Os regimes colonial e independentista olharam para os moçambicanos como espaços de intervenção psicológica para desenraizá-los das suas culturas para a formação do “Assimilado” e do “Homem Novo” respectivamente. Nesta lógica, as práticas culturais dos moçambicanos foram proibidas a favor da imposição de novas identidades e estrangeiras. O movimento rebelde que sustentou a guerra civil durante 16 anos usou como estratégia para ganhar simpatia das populações a restauração da cultura nacional. O interesse por parte do movimento rebelde pela cultura nacional não era genuíno, pelo que depois dos acordos de Roma em 1992 essa área nunca mais fez parte da sua retórica política. O actual governo faz discursos sobre a cultura apenas como parte de uma performance para sua utilização no sentido de alimentar seu poder em momentos que lhe convém, sem nenhum interesse de afirmar através dela Moçambique se posicionar e dialogar com outros povos na criação e consolidação de conhecimentos nos vários campos do saber. A marginalização da cultura ou culturas nacionais produz e reproduz injustiças sociais e pobreza. Por exemplo é injusto que o sistema judicial julgue casos apenas em língua portuguesa quando os interessados dominam línguas nacionais. É injusto considerar as artes apenas como produtos de geração de renda e não como bens de consumo público num contexto de extrema pobreza e ausência de uma classe média. A cultura nacional e todo seu património está pois órfã de um discurso político e acções concretas para sua afirmação para tornar-se guia orientador do pensar e agir dos moçambicanos como um povo.



Problemas

- Falta de orientação filosófica nas acções políticas do país;
- Políticas de educação que não tomam em consideração referências culturais moçambicanas;
- Vulnerabilidade dos moçambicanos para aculturação estrangeira;
- Fraca promoção e visibilização da produção cultural nacional;
- Fraca promoção das indústrias culturais e criativas;
- Fraco investimentos em pesquisas científicas;
- Ausência de uma rede de infraestruturas culturais que facilite o intercâmbio cultural entre os moçambicanos;
- Violência religiosa de diferentes formas de manifestação.

Soluções

- ✓ Formar o Homem Consciente;
- ✓ Promover a produção das artes em todos domínios da nossa sociedade como síntese da cultura nacional;
- ✓ Combater todas formas de violência religiosa.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Formar o Homem Consciente

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Formação do Homem com conhecimento dos princípios das liberdades, tolerância e solidariedade e amor à ciência
Discussão com a sociedade sobre uma filosofia orientadora do pensamento e acção dos Moçambicanos
Definição de políticas de educação que tomam em consideração referências culturais nacionais
Introdução no sistema de educação formal e informal a ética e moral como disciplinas



Introdução no sistema de educação desde os primeiros anos de estudo a disciplina da História do Pensamento Africano

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que devesse ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.

Impacto Destas Acções Específicas

Formado Homem Consciente alicerçado na sua identidade cultural, na moral e ética, no respeito à diversidade de pensamento, cultural e religiosa, solidário e apaixonado pela Ciência

Promover a Produção das Artes em Todos Domínios da Nossa Sociedade Como Síntese da Cultura Nacional

ACÇÕES ESPECIFICAS

Viabilização de políticas de promoção cultural que garantam a participação do Estado e sector privado no seu financiamento

Criação de Centros Culturais em todo o país até ao nível de localidade a funcionarem em rede

Criação de um fundo para financiamento à produção artística

Criação de grupos culturais nas escolas primárias e secundárias de todo o país

Criação de oportunidades de intercâmbio artístico-cultural entre escolas

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo

**Impacto Destas Acções Específicas**

Garantido que os sectores da cultura e artes sejam dinamizadores da afirmação da identidade nacional

Combater a Violência Religiosa**ACCOES ESPECIFICAS**

Regulamentação eficaz da lei e sua fiscalização na acção religiosa para garantir a laicidade do Estado

Promoção através da lei e acções de sensibilização pelo respeito por todas as formas de religião no país

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo

Impacto Destas Acções Específicas

Garantido que todas as formas de religião em Moçambique sirvam para fortalecer espiritualmente as famílias, promovam a harmonia e a reconciliação nacional

Promover as Indústrias Culturais e Criativas**ACÇÕES ESPECÍFICAS**

Enquadramento das indústrias culturais e criativas como um sector central de desenvolvimento do país

Definição de políticas de promoção cultural que garantam a participação do Estado e sector privado na sua dinamização como um sector gerador de conhecimento, emprego e renda

Criação de um banco para financiamento a área das indústrias culturais e criativas

**Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?**

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo

Impactos Destas Acções Específicas

Sector das indústrias culturais e criativas como dinamizador da geração de conhecimento, emprego e desenvolvimento económico e social do país.

Impacto Geral Esperado Nas Acções do DESAFIO 3

- Formados homens e mulheres conscientes, íntegros e respeitadores da sua cultura, usando a mesma para dialogar com culturas de outros povos.



DESAFIO 4: EMPREGO

Contextualização

O trabalho é um direito consagrado na Constituição da República. A esta realidade soma-se o facto de a maioria dos moçambicanos, devido às riquezas naturais de que o país possui (terra, mar, rios, florestas, sol, praia, minerais e hidrocarbonetos) nascem e encontram disponível para si pelo menos um emprego potencial. Não obstante, a maioria da população moçambicana, sobretudo jovens, estão numa situação de desempregados. O relatório do Orçamento Familiar (IOF) – 2022, indica que cerca de 18,4% da população das zonas urbanas e rurais está desempregada, e 71,4% da população é a taxa dos que estão empregados, segundo o mesmo documento. Contudo, estes dados não reflectem a verdade. O relatório, por exemplo, considera empregada qualquer pessoa que vai à machamba. Sabemos que a nossa realidade agrícola é de uma população que pratica agricultura de subsistência, usando técnicas arcaicas e sem sementes melhoradas ou fertilizantes. Segundo um estudo do V Colóquio Nacional e Internacional de Pesquisas em Agronegócios, 2023, a porção de terra arável aproveitada é de menos de 10% e deste número menos de 3% das terras é que são irrigadas. A área agrícola contribui apenas com $\frac{1}{4}$ do PIB, num Estado que conta com défice orçamental de 29,4%, segundo o PESOE – Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, 2024. Nos casos em que um camponês tem excedentes agrícolas, dificilmente os comercializa por falta de vias de acesso. Segundo o FUNAE, 2023, cerca de 22 milhões de pessoas não têm ainda acesso à energia eléctrica e a maioria desta gente está no campo onde se pratica a agricultura. Os poucos moçambicanos que estão realmente empregados, é em empregos precários. A fraca capacidade de geração de emprego demonstrada pelos sucessivos governos de Moçambique desde 1975 tem a ver com: 1. falta de estratégias políticas macro-ecónomicas viáveis; 2. Falta de confiança dos investidores com o mercado moçambicano devido a altos índices de corrupção (o Índice de Percepção da Corrupção, 2023,



da Transparência Internacional, coloca Moçambique na posição 166 com 26 pontos entre 180 países, estando apenas a cima de 33 países); 3. Raptos de empresários; 4. Terrorismo em Cabo Delgado e; 5. Partidarização do Estado.

No entanto, ao nível global, os sectores das indústrias culturais e criativas e do turismo são os que têm liderado a lista de sectores geradores de emprego, com tendência de aceleração ano após ano. Segundo dados da UNESCO, 2022, as indústrias culturais e criativas são responsáveis à escala global por receitas em cerca de 2.250 bilhões de dólares e participam no comércio mundial com cerca de 250 bilhões de dólares anuais, empregando maioritariamente jovens. Os dados aqui expostos cingem-se apenas ao sector cultural, não abrangendo toda a cadeia de actividades alcançadas por esta indústria. Nela estão envolvidos como elementos da sua cadeia agricultura, transportes, indústria, turismo, comunicações, tecnologia e comércio, sendo o sector da cultura a última etapa da cadeia. A indústria do turismo é citada por revistas especializadas como gerador de 1 em cada 10 postos de trabalho criado no Brasil em 2023, superando os empregos criados pelo sector industrial, esperando-se que movimente cerca de 169,3 bilhões de dólares em 2024 contra os 165,4 bilhões de dólares do ano anterior. Em Portugal o turismo foi responsável por 15,8% do PIB em 2022. Segundo o Annual African Tourism Outlook, 2024, o Egipto, Uganda e África do Sul, lideram a lista de países com alta empregabilidade na área do turismo somando um total de 3,7 milhões de empregos. Em contraste a estes números, e segundo a Presidência da República de Moçambique, 2023, Moçambique emprega 74.620 profissionais em todo o país, o que está muito a quem do potencial que o país possui. A título de exemplo, Uganda, país com menos potencial que Moçambique e sem acesso ao mar emprega 1,1 milhão de profissionais nessa indústria. A cadeia das indústrias culturais e criativas e do turismo têm o potencial de transformar o emprego potencial em emprego real, consumindo mão de obra de diferentes níveis académicos, desde iletrados ou sem formação a pessoas altamente especializadas. Eis então a razão da aposta nas indústrias culturais e criativas e no turismo como estratégia para geração de emprego, aproveitando e maximizando o potencial criativo dos moçambicanos aliado ao potencial turístico do seu território e cultura do seu povo.



Problemas

- Maioria da população moçambicana desempregada e vivendo abaixo do limite da pobreza;
- Fraca geração de emprego pelas pequenas e médias empresas;
- O desemprego ou emprego de baixa qualidade é causa para fraco acesso à habitação para os jovens sobretudo nas zonas urbanas;
- Fraca descentralização administrativa e financeira no sector público;
- Fraca aposta nos sectores com potencial de gerar emprego para a maioria da população independentemente do nível académico e formação profissional;
- Insipiente divulgação de Moçambique como destino turístico;
- Fraca aposta na formação profissional.

Soluções

- ✓ Descentralizar os actos administrativos, financeiros, fiscais e ideias;
- ✓ Definir políticas de promoção de investimentos no sector das indústrias culturais e criativas;
- ✓ Melhorar as Estratégias de Promoção de Moçambique como destino turístico.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Definir Políticas de Promoção do Investimento No Sector Das Indústrias Culturais e Criativas

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Criação de um banco de investimentos neste sector
Limitação por lei da exportação de matérias primas em bruto como a madeira e o algodão para alimentar a indústria criativa local (design e moda)
Estímulos fiscais para geração de pequena e média indústria neste sector com investimento nacional e estrangeiro. (Por exemplo isentar da contribuição fiscal durante os primeiros 24 meses de actividades toda a empresa que empregue um mínimo de 10 trabalhadores, apresentando tendências de aumento da mão de obra).
Formação da mão de obra em função do emprego potencial na sua zona de residência

**Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?**

Transformar o Fundo Soberano em Banco de Investimentos Neste Sector

Impacto Destas Acções Específicas

Indústrias culturais e criativas geradoras de emprego para a população, aumentando o seu contributo para o PIB nacional

Melhorar as Estratégias de Promoção do Turismo**ACCOES ESTRATEGICAS**

Requalificação das regiões turísticas

Incentivos fiscais para investimentos nacionais e estrangeiros

Simplificação de procedimentos burocráticos para aprovação de investimentos

Capacitação de mão de obra

Investimento numa estratégia de marketing para divulgar Moçambique como destino turístico no mercado global

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuale, e crescimento económico inclusivo

Impacto Destas Acções Específicas

Maximizado potencial turístico do país, reflectindo-se pela maior geração de emprego e maior contribuição fiscal do sector do turismo

Impacto Geral Das Acções Estratégicas do DESAFIO 4: gerado emprego para a maioria dos moçambicanos, valorizando seus talentos naturais e independentes da sua qualificação académica.



DESAFIO 5: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Contextualização

A agricultura em Moçambique é praticada em 95% pelo sector familiar e 5% pelo sector empresarial. Menos de 10% da terra arável é explorado e menos de 3% das terras são irrigadas, segundo um estudo do V Colóquio Nacional e Internacional de Pesquisas em Agrobusiness, 2023. Esta área que contribui com apenas $\frac{1}{4}$ do PIB apesar de ocupar 80% da força laboral, segundo o mesmo estudo, foi abordada pelos sucessivos governos de forma holística. Esta abordagem acaba beneficiando a produção de culturas de rendimento para a exportação, área onde actuam grandes multinacionais que apoiam as populações na produção de culturas que lhes interessam. Esta tendência marginaliza a produção de alimentos, tornando o país deficitário, e dependente de importações para alimentar sua população, tornando-os inacessíveis à maioria da população. Dados de 2022 do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural indicam que só em arroz, trigo e óleo alimentar o país importa anualmente 566 milhões de dólares, contra 310 milhões de dólares de receitas de exportações globais de produtos agrícolas.

A esta prática acresce-se políticas inadequadas para o fortalecimento do sector que enferma de uma estrutura agrícola pré-capitalista e rudimentar, fraca alocação de recursos e o impacto das mudanças climáticas. O nosso país possui enormes extensões de terra arável, recursos hídricos para além de localização geo-estratégica para se estabelecer como celeiro agrícola da zona Austral de África e do mundo. Preconizamos assim, um programa que tem em vista a mudança da estrutura rudimentar da agricultura, desafiando as mudanças climáticas, a valorização da ecologia de saberes que significa destacar os conhecimentos locais como tecnologias de natureza cultural a se relacionarem com o conhecimento da ciência moderna para a prática da actividade agrícola com prioridade para a produção de alimentos.



Problemas

- Fome generalizada na população;
- Abordagem da agricultura de forma holística, o que minimiza a necessidade de produção de alimentos em detrimento da produção de culturas de rendimento para exportação;
- Fraca aposta no sector familiar;
- Estrutura agrícola rudimentar;
- Fraca rede de condições para uma frutífera cadeia agrícola;
- Ausência de um seguro agrícola;
- Os juros de financiamento bancário altos;
- As importações tornam o preço do agricultor extremamente baixo e não compensatório, dificultando a cobertura dos custos de produção e o ganho de lucros;
- Ambiente de negócios inadequado para investimentos na área agrícola;
- Impossibilidade do título de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) para servir de colaterais na contração de empréstimos;
- Precariedade das vias de acesso e falta de energia eléctrica;
- Serviços agrários longe dos agricultores dificultando acesso às sementes e aos silos para armazenamento dos seus produtos;
- Falta de uma estratégia para mitigar as cíclicas cheias ou secas devido as mudanças climáticas;

Soluções

- ✓ Estabelecer uma rede de condições para uma frutífera cadeia de produção agrícola;
- ✓ Produzir alimentos como foco da agricultura para combater a fome;

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Estabelecer Uma Rede de Condições Para Uma Frutífera Cadeia de Produção Agrícola

Electrificação das zonas rurais com prioridade para as zonas com potencial agrícola



Construção e manutenção periódica de uma rede de vias de acesso terciárias
Reabilitação da Estrada Nacional N1
Construção de uma linha férrea que liga todo território nacional
Criação de transporte marítimo de mercadorias
Criação de um seguro agrícola
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo.
Impacto Destas Acções Específicas Estabelecidas condições para a área da produção de alimentos e de agronegócios ser apetecível para investimentos

Produzir Alimentos Como Foco Da Agricultura Para Combater a Fome

ACÇÕES ESPECIFICAS
Transformação das famílias em pequenas unidades de produção agrícola
Consideração dos seus conhecimentos locais em parceria com o conhecimento da ciência moderna nas tecnologias de produção agrícola
Considerar seu agregado familiar (esposas e filhos) como capital humano que associado à terra que possui possa permitir acesso a empréstimos em fundos específicos de promoção da agricultura do sector familiar
Criação de um fundo agrícola a ser gerido a partir do distrito pelos serviços agrários locais para financiamento às famílias



Estabelecimento de serviços agrários nos distritos para fornecimento de sementes de qualidade

Estabelecimento de silos junto às zonas de produção agrícola para proteger as colheitas dos camponeses e garantir bom preço

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas publicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo

Impacto Destas Acções Específicas

Aumento da produção e produtividade, fazendo de cada distrito um celeiro do país para alimentar a indústria do agro-processamento e para exportação

Impacto Geral Das Acções do Pilar 4

- Moçambique com uma agricultura moderna;
- Famílias moçambicanas transformadas em agentes económicos na cadeia agrícola;
- Moçambique como celeiro de cereais ao nível do continente africano;
- Elevada a contribuição da percentagem da contribuição da agricultura para o PIB.



DESAFIO 6: EDUCAÇÃO

Contextualização

O sistema nacional de educação tem um processo histórico negativo, contribuindo de forma decisiva para o actual estágio de subdesenvolvimento e pobreza do país. O regime colonial usou o sistema nacional de educação como estratégia essencial para a política de assimilação à cultura portuguesa. O regime independentista adoptou um sistema de educação cuja finalidade era a formação do Homem Novo para servir interesses marxistas. A política de assimilação e a formação do “Homem Novo” têm em comum o desenraizamento cultural do moçambicano. No contexto do desenvolvimento global actual, torna-se insuficiente dedicar esforços para que a educação apenas garanta acesso, participação e conclusão dos níveis académicos, como factores prioritários como apontam alguns relatórios do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. É necessária uma profunda reforma no sistema nacional de educação. Este desafio passa pela definição do tipo de Homem que a nossa sociedade pretende ter para enfrentar os desafios do desenvolvimento. Para o PODEMOS, isso passa pela formação de homens e mulheres considerando suas ontologias (maneiras de ser culturais) para um diálogo e integração nas epistemologias globais (ciência universal). A este aspecto é preciso focar especial atenção nas infraestruturas uma vez que, os investimentos realizados desde 1975 não conseguiram acompanhar a crescente pressão demográfica afectando assim os aspectos fundamentais para a elaboração de uma estratégia sustentável, para além da melhoria dos critérios de selecção de professores e melhoria da qualidade de sua formação.

Problemas

- Falta de definição de tipo de Homem que o nosso sistema nacional de educação deve formar;
- Sistema nacional de educação com currículos que não tomam em consideração as diferentes culturas moçambicanas;



- Fraca rede de infra-estruturas;
- Professores desmoralizados devido a baixos salários no ensino público;
- Professores inaptos para lecionar devido a esquemas de corrupção nos processos de selecção e formação.

Soluções

- ✓ Definir o tipo de Homem que o nosso sistema nacional de educação deve formar;
- ✓ Melhorar a qualidade de ensino;
- ✓ Apostar no ensino técnico-profissional;
- ✓ Apostar na melhoria da qualidade na formação de professores;
- ✓ Apostar no ensino especial.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Definir o Tipo de Homem Que o Nosso Sistema Nacional de Educação Deve Formar

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Formar o Homem Consciente cujos pressupostos são os conhecimentos sobre os princípios das liberdades, tolerância, solidariedade e ciência
Formar homens e mulheres para um saber profissional desde a iniciação escolar em função do emprego potencial na sua zona de origem
Diálogo com a sociedade para aprimoramento de propostas políticas na área da educação
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo
Impacto Destas Acções Específicas Formados homens e mulheres conscientes e com capacidade critica sobre a realidade que lhes rodeia



Melhorar a Qualidade de Ensino

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Elevar qualidade dos critérios de selecção dos candidatos aos centros de formação de professores
Melhorar a qualidade de formação do professor
Reformar compulsivamente os professores manifestamente incompetentes para leccionar
Construir uma rede escolar que satisfaça a demanda
Equipar as escolas com mobiliário escolar
Equipar as escolas com laboratórios
Incorporar aulas extra-curriculares através de actividades desportivas e culturais-artísticas para aumentar o tempo de permanência do aluno na escola
Fornecer alimentação escolar ao aluno
Usar as línguas locais no processo de ensino-aprendizagem
Investir na formação pré-escolar
Melhorar o salário do professor
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo
Impacto Destas Acções específicas Formados homens e mulheres capazes de contribuir para o desenvolvimento do país pela sua reflexão e pelo seu saber fazer



Apostar No Ensino Técnico-Profissional

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Eliminar o ensino geral no sector privado para dedicar-se à formação técnica
Incrementar no ensino público a formação profissional desde o sector primário
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas publicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo Orçamento do Estado que devera ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalizacao das empresas publicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuante, e crescimento económico inclusivo
Impacto Destas Acções específicas Formados homens e mulheres com competências técnicas para alimentar a indústria nacional bem como gerar o auto-emprego

Impacto geral Das Acções Estratégicas do DESAFIO 6

Formados homens e mulheres conscientes e com o saber fazer e com forte potencial de empregabilidade.



DESAFIO 7: SAÚDE

Contextualização

Diferentes estudos revelam que cerca de 64% da população recorre aos serviços da medicina tradicional como solução para seus problemas de saúde. Dados do Instituto Nacional de Saúde, 2023, indicam que o país possui 1.778 unidades sanitárias em todo país. O Anuário estatístico de saúde, 2021, indica o rácio de 1 unidade sanitária para 17. 419 habitantes, contra o recomendado pela OMS que é de 1 unidade sanitária para 10 mil habitantes. Os dados estatísticos dos Recursos Humanos de Saúde, 2021, indicam o rácio de 12 profissionais de saúde para 10 mil habitantes, contra o recomendado pela OMS que é de 46 profissionais para 10 mil habitantes. Justificando a adesão da maioria dos moçambicanos aos serviços da medicina tradicional, diferentes estudos, como é o caso do relatório da ONS – Observatório Nacional de Saúde, 2020, indicam ser por causa da fraca rede sanitária no país e o fraco rácio médico/paciente. Sendo isso uma verdade, não explica de forma cabal essa adesão. Outro elemento que justifica esta adesão, mas que é ignorado, é que o nosso sistema nacional de saúde guia-se pelo conceito de saúde e doença dominante na biomedicina que deriva da ciência positivista. Este conceito valoriza aspectos biológicos da doença, ignorando por completo aspectos sociais referentes a culturas locais africanas e particularmente moçambicanas. Muitas das enfermidades de que as pessoas padecem têm origem em causas culturais, e só dentro desse sistema cultural podem encontrar solução. Por exemplo, a falta da prática do lobolo ou o não cumprimento dos ritos funerários e de morte pela tradição pode ser causa de diferentes enfermidades nas pessoas. Urge então desenvolver um conceito de saúde e doença que abarque a realidade das culturas locais para valorizar o diagnóstico e terapia holística das doenças.

O actual governo tem uma actuação na área da saúde que privilegia a cura e não a prevenção de doenças. Quatro aspectos são demonstrativos desta constatação: 1 - o fraco investimento



em água potável, saneamento básico e higiene. Dados da WaterAid, 2024, indicam que 62% da população das zonas urbanas tem acesso a água potável, enquanto as populações das zonas rurais, onde vive a maioria da população, 16,4% é que têm acesso ao precioso líquido. Estes números são muito baixos tomando em consideração que o acesso a água potável é determinante para a prevenção de doenças hídricas. Segundo dados da UNICEF, 2023, num intervalo de três meses foram registados entre finais de 2022 e princípios de 2023 um total de 43.000 casos de cólera em todo país, e a diarreia é a maior causa de mortalidade infantil. Segundo uma fonte da WaterAid, nos últimos 10 anos o governo fez um esforço de construção de cerca de 500 sistemas de água. Este numero é em si exíguo em relação às necessidades das populações, no entanto, cerca de 21% desses sistemas avariaram por falta de manutenção. Nota-se fracas políticas de investimento público e privado para construção de sistemas de água para garantir seu acesso á maioria da população moçambicana.

2 - A prática desportiva em todas faixas etárias é negligenciada, sendo a actividade desportiva fundamental para a saúde preventiva. 3 – Nota-se um rápido crescimento populacional e uma forte emigração do campo para as cidades. Este movimento implica um rápido crescimento das cidades sem uma urbanização organizada correspondente para garantir água, saneamento básico e higiene. 4 - Serviços de saúde ambulatorio para testagem de doenças comuns como a malária através de agentes polivalentes de saúde e outros técnicos de saúde qualificados são negligenciados, colocando as pessoas em permanente risco de morte tendo em conta a distância que as separa das unidades sanitárias sobretudo nas zonas rurais. Dados do ministério da saúde, 2022, indicam que a média de distância entre as populações e a unidade sanitária mais próxima é de 20 km.

A fraca alimentação é outra causa de doenças e mortes. O INE - Instituto Nacional de Estatística através do Inquérito sobre Orçamento Familiar, 2019/20 revela que 38% das crianças sofrem de desnutrição crônica e que 16,5% dos casos, a desnutrição é muito grave.

Outro aspecto negativo é que temos um sistema nacional de saúde que proclama a gratuidade dos serviços, mas que o Estado em si não tem capacidade para garantir essa promessa aos utentes dos serviços para além da fraca assistência medicamentosa, tornando os respectivos serviços precários.

O acima arrolado mostra que a questão de saúde deve ter uma abordagem multisectorial com politicas públicas adequadas.



Problemas

- Conceito de doença e saúde que valorize apenas a componente biológica, ignorando aspectos sociais ligados a culturas locais;
- Fraca rede sanitária;
- Fraca assistência médica e medicamentosa;
- Pessoal da saúde desmoralizado devido aos baixos salários;
- Funcionários públicos descontam para saúde, sem benefício nenhum.

Soluções

- ✓ Usar o conceito de doença que incorpore aspectos biológicos e sociais;
- ✓ Promoção da saúde preventiva;
- ✓ Instituir um seguro de saúde obrigatório;

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Usar o conceito de doença que incorpore aspectos biológicos e sociais

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Realizar diagnósticos e terapias holísticas
Maior integração dos serviços da medicina tradicional dentro do sistema e ambiente da biomedicina
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado
Impacto Destas Acções Específicas Um sistema de saúde que aborda de forma realística a questão da saúde e doença impactando de forma positiva nas populações

Promoção da Saúde Preventiva

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Maior acesso a água potável



Melhorar as condições de salubridade e higiene nas comunidades
Acesso a alimentação nutritiva
Prática desportiva
Multiplicar acções de cuidados de saúde ambulantes nas comunidades
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado que deverá ser estimulado pela renegociação de contratos de multinacionais, fiscalização dos contratos com as multinacionais, fiscalização das empresas públicas e privadas, controlo e limitação da corrupção, supressão de despesas administrativas supérfluas e desnecessárias, uma política fiscal justa e actuate, e crescimento económico inclusivo.
Impacto Destas Acções Específicas Melhoria da saúde pública

Instituir um seguro de saúde obrigatório

ACÇÕES ESPECIFICAS
Cobrança do seguro na fonte para os funcionários públicos e do sector privado em função do seu agregado familiar
Cobrança do seguro ao sector informal através de taxas de licenças de exploração de suas actividades
Cobrança do seguro aos moçambicanos não abrangidos por nenhum dos sectores acima mencionados em espécies advindos do seu rendimento pessoal

**Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?**

Orçamento do Estado

Impacto Destas Acções Específicas

Construídas mais infraestruturas de saúde para colocar os serviços de saúde mais próximos do cidadão;

Investidos mais recursos na pesquisa científica sobre doenças;

Investidos mais recursos na pesquisa de plantas locais para incorporá-los na terapia de doenças;

Estado dotado de recursos para melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão pelo sistema nacional de saúde

Impacto Geral Das Acções do Desafio 7

Um sistema nacional de saúde com elevada qualidade na prestação de serviços ao cidadão, privilegiando a saúde preventiva.



DESAFIO 8: MEIO AMBIENTE

Contextualização

Segundo dados do IMD, 2022, citando o Índice Global de Risco Climático, de 2017, Moçambique é o país mais afectado pelas mudanças climáticas em África. Os últimos eventos climáticos extremos aconteceram em 2019 e foram o ciclone Idai e Kenneth que afectaram as regiões centro e norte respectivamente. Os dois ciclones, segundo dados do UNICEF, atingiram 50 distritos das províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Inhambane, causando 608 mortos e 2,5 milhões de pessoas necessitando de ajuda humanitária. Segundo dados do FNDS – Fundo Nacional do Desenvolvimento Sustentável, os danos materiais ficaram avaliados em 83,4 milhões de dólares. No entanto, Moçambique sofre pelas calamidades naturais como vítima dos países mais industrializados que emitem gases com efeito de estufa, causando mudanças climáticas.

Este cenário obriga Moçambique a ser um actor activo no diálogo mundial para a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas através da COP – Conferência das partes. O país participa desse diálogo sem poder influenciar em nada para que os países mais industrializados cumpram seu compromisso de cortar as emissões de carbono. Na verdade, as COPs servem mais para os países que mais poluem o ambiente mantenham essa condição para permanecerem com o estatuto de ricos à custa de manter os países pobres como tal. Segundo dados da Nações Unidas, Moçambique tem um défice energético de 56%, deixando 22 milhões de pessoas sem acesso ao recurso, e para minimizá-lo projectou a construção na província de tete uma barragem para gerar energia com carvão mineral que tem em abundância. No entanto, esta pretensão produziu ameaça de corte de financiamento ao OE – Orçamento de Estado e outros programas de desenvolvimento por parte dos países mais industrializados, conforme uma fonte do Ministério da Terra e Meio Ambiente. Actualmente vem se tornando relevante no mercado internacional a comercialização de créditos de carbono. O negócio resulta do protocolo de Kyoto



e permite aos países que mais emitem gases de efeito de estufa continuarem a poluir, bastando para isso comprar créditos de carbono dos países subdesenvolvidos. Países como Moçambique acumulam créditos de carbono para venda no mercado internacional a partir do reflorestamento e manutenção das áreas de conservação. Segundo constatações de estudos do Observatório do Meio Rural entre 2022 e 2023, a acumulação de carbono implica ganhos para os investidores, Estado, empresas compradoras para continuarem a poluir e maior empobrecimento das populações. Estas são proibidas de trabalhar a terra que sempre que lhes deu sustento económico e cultural obrigando-as a mudar de vida para uma situação precária.

Este quadro pouco favorável para Moçambique constitui motivação para o PODEMOS advogar por uma acção ambiental justa para a qual o país deve contar consigo próprio para levar a cabo seus programas de desenvolvimento. Em simultâneo torna-se urgente a operacionalização de políticas públicas neste sector para a proteção do meio ambiente e das comunidades. Dados da Biofund, 2024 indicam que 26% do território nacional é coberto por áreas de conservação, mas que a sua efectiva proteção ainda é deficitária; tem havido construções em zonas de mangais, o replantio das árvores nas zonas florestais de abate para a exploração de madeira, lenha e carvão vegetal é deficitário ou inexistente. A questão da terra representa um desafio com um potencial de conflitos muito fortes, entre os quais tem a ver com a destruição da biodiversidade para implantação de projectos de exploração, movimentação permanente das populações para reassentamento em razão da descoberta de recursos naturais e falta de consideração de aspectos culturais no reassentamento e exploração de recursos naturais. A título de exemplo, em Moma, distrito da província de Nampula onde ocorre a exploração de areias pesadas, foram reassentadas populações construindo para elas casas de alvenaria. As casas tiveram um custo avaliado em cerca de 2.300.000,00MT. No entanto, nenhum dos beneficiários foi viver nelas, preferindo vendê-las a preços que variaram entre 300 a 1.500,00MT! A razão para esta decisão dos beneficiários é que as casas para eles construídas não têm o conceito de casa dentro do conhecimento cultural local.

Problemas

- Moçambique é o país mais afectado em África pelas mudanças climáticas;
- Falta de implementação de estratégia de mitigação do impacto das mudanças climáticas;



- Ameaça de colonização verde pelos países mais industrializados;
- Conflito de terras entre as comunidades, Estado e Investidores;
- Fraca conscientização das comunidades sobre questões ambientais.

Soluções

- ✓ Reforçar o quadro legal, implementar estratégias e planos de acção para mitigação do impacto das mudanças climáticas;
- ✓ Financiamento de forma soberana a iniciativas de desenvolvimento;
- ✓ Fortalecer a posse de terra às comunidades

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Implementar estratégias e planos de acção para mitigação do impacto das mudanças climáticas

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Aprimorar o quadro legal para a área das mudanças climáticas
Tornar práticos os planos de acção sobre mudanças climáticas
Aumentar as áreas de conservação sobre proteção legal
Reforçar a fiscalização nas zonas florestais para garantir o replantio das árvores abatidas para a exploração da madeira, lenha e carvão
Definir critérios para a construção de obras públicas e privadas resilientes a mudanças climáticas
Introdução no sistema de ensino matérias ligadas à proteção do meio ambiente
Transformar líderes locais e tradicionais em agentes de implementação de iniciativas de proteção ambiental
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado e venda de créditos de carbono
Impacto Destas Acções Específicas Criadas condições necessárias para a mitigação das mudanças climáticas



Financiamento de Forma Soberana a Iniciativas de Desenvolvimento

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Implementar políticas económicas para estimular a produção e consumo nacional para captação de receitas para o Estado
Alocar pelo menos 3% do Orçamento do Estado para iniciativas de proteção do meio ambiente
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado e taxas a ser aplicadas a projectos que afectem de qualquer forma o meio ambiente
Impacto Destas Acções Específicas Estado moçambicano auto-suficiente para implementar seus programas de proteção do meio ambiente

Reforçar a Posse de Terra Para As Comunidades

ACCOES ESTRATÉGICAS
Retirar ao Estado a propriedade da terra para pertencer a comunidade
As comunidades devem ser parceiras de negócio para exploração de recursos naturais nas suas terras, incluindo o sequestro do carbono
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado e taxas a ser aplicadas a projectos que afectem de qualquer forma o meio ambiente
Impacto Destas Acções Específicas Mitigação dos conflitos de terra entre as comunidades, Estado e investidores

Impacto Geral das Acções Estratégicas do Desafio 8

Estruturada uma resposta aos desafios das mudanças climáticas e mitigados conflitos pela posse da terra entre as comunidades e os investidores

Contextualização



DESAFIO 9: CIDADANIA E ÉTICA GOVERNATIVA

A cidadania e a ética governativa são pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável e justo de qualquer nação. Em Moçambique, um país rico em diversidade cultural e recursos naturais, é essencial que estes princípios guiem as acções tanto dos governantes quanto dos cidadãos. A cidadania activa e a ética governativa podem transformar nossa sociedade, promovendo um ambiente de transparência, responsabilidade e inclusão, indo além do acto de votar. Envolve a participação contínua dos cidadãos na vida política, social e económica do país. Esta participação garante a monitoria dos programas governativos, exigindo responsabilidade e responsividade da sua acção.

Entendemos que a criação de condições para a participação activa do cidadão passa pela educação cívica deste, devendo ser integrada no currículo escolar, ensinando desde cedo os direitos e deveres dos cidadãos, bem como a importância da participação democrática.

Por sua vez a ética governativa é a base de um governo transparente e responsável. Governar com ética significa tomar decisões que priorizem o bem comum, respeitem os direitos humanos e promovam a justiça social. A transparência nas acções governamentais é essencial para construção de uma nação sólida, próspera e justa.

Problemas

- Distanciamento das pessoas em relação a acções de interesse político, ambiental, desportivo e cultural;
- Fraco acesso à informação, sobretudo nas zonas rurais do país onde reside a maioria da população moçambicana;
- Limitação do espaço de liberdade de expressão através do controlo dos órgãos de comunicação social públicos para emitir informação que favoreça ao partido no poder;
- Falta de ética e moral nos governantes.



Soluções

- ✓ Estimular a prática de auditorias sociais para participação das comunidades na monitoria da governação ao nível local;

ACÇÕES ESTRATÉGICAS

Estimular a prática de auditorias sociais para participação das comunidades na monitoria da governação ao nível local

ACÇÕES ESPECÍFICAS
Aumentar o acesso à informação
Inclusão da educação cívica para a cidadania no sistema nacional de ensino Organização de auditorias sociais envolvendo comunidades na monitoria da governação
Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções? Orçamento do Estado
Impacto Destas Acções Específica Comunidades capacitadas para participar na governação através de monitoria e maior responsabilidade por parte dos governantes

Impacto Geral Das Acções Estratégicas do Desafio 9

Desenvolvida a consciência de cidadania activa e cultura de prestação de contas.



DESAFIO 10: GOVERNO

Contextualização

A história de formação de governos em Moçambique obedece ao critério confiança política, relegando para o segundo plano a competência técnica. Esta tendência verifica-se desde posições cimeiras da liderança ao nível central até ao nível local. Esta opção propicia a ineficiência na execução de planos governativos e no funcionamento das instituições do Estado a todos os níveis, prejudicando a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Problemas

- Os sucessivos governos desde a independência nacional são formados na base da confiança política;
- Muitas das vezes titulares das pastas ministeriais lideram as respectivas áreas de pelouro desconectados com os objectivos de governação de um determinado mandato;
- Descontinuidade de objectivos a quando da mudança de ministros na acção dos ministérios para a concretização dos objectivos específicos dos pelouros e objectivo geral da governação.

Soluções

- ✓ Formar um governo na base da competência técnica;
- ✓ Tornar a confiança política um elemento secundário, excepto em pelouros sensíveis como os da defesa e Segurança

Formar um governo na base da competência técnica

ACCOES ESTRATEGICAS
Lançar concursos públicos para qualquer moçambicano candidatar-se a ministro, formulando uma proposta governativa do pelouro que seja a tradução do manifesto eleitoral



Tornar a confiança política um elemento secundário, excepto em pelouros sensíveis como os da defesa e Segurança

Como Obter Recursos Para Concretizar Estas Acções?

Orçamento do Estado

Impacto Destas Acções Específicas

Criadas condições para um governo competente e eficiente

Impacto geral Das Acções do Desafio 10

Formado um governo cujo critério é a competência.

Este País É Nosso, Salve Moçambique!

Para mais informações:

<https://www.podemos.org.mz>



PODEMOS